

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 17 de novembro, a Amnistia Internacional Portugal viu-se impedida de realizar uma ação de solidariedade para com os trabalhadores migrantes no Catar, segundo um comunicado emitido por esta organização.

Por ocasião do jogo entre a seleção portuguesa e a Nigéria, na preparação para o Mundial do Catar, foram distribuídas pela Amnistia Internacional cerca de mil camisolas amarelas da "Forgotten Team" (a equipa esquecida) para homenagear "os milhares de trabalhadores que sofreram abusos de direitos humanos e perderam a vida para que a realização do Mundial fosse possível". No entanto, esta organização de defesa dos direitos humanos começou a receber denúncias de que os seguranças do estádio "estavam a obrigar as pessoas a tirar e a entregar-lhes as camisolas" e pode comprovar, através da sua equipa de ativistas, que apenas "poderiam entrar se despissem as camisolas e as deixassem fora, colocando-as no lixo", sem direito a que as mesmas lhes fossem restituídas.

De acordo com relatos ouvidos pela Amnistia Internacional, "os seguranças justificaram esta ação respondendo às pessoas que estão a seguir indicações da Federação Portuguesa de Futebol", ao que a Federação Portuguesa de Futebol (FPF) replicou que a organização do encontro, a cargo da UEFA, não tinha sido informada da iniciativa, atribuindo esta ação a "alguns seguranças com excesso de zelo". Em qualquer caso, há a lamentar que o espírito repressivo que paira sobre o Mundial do Catar se tenha feito sentir fora das suas fronteiras.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. O Governo considera razoável que ações simbólicas de defesa dos direitos humanos sejam impedidas nos estádios de futebol?
3. Que medidas tomará o Governo para averiguar o que levou à proibição de uma ação

simbólica em defesa dos direitos humanos no jogo de preparação para o Mundial realizado no Estádio de Alvalade?

4. O Governo teve alguma diligência junto da Federação Portuguesa de Futebol para tomar posição a favor das manifestações de direitos humanos, como a utilização das braçadeiras no Mundial?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2022

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)